

AGONIA DA URBANIDADE?

REFLEXÃO SOBRE A CIDADE FUTURA E O
URBANISMO PÓS-MODERNO

■ MARIA ELENA FOGLIA

Não é, por acaso, da sabedoria e de todas as qualidades da alma que foram gerados todos os poetas e todos os artistas dotados de gênio criador? E a mais bela e a mais alta das formas de sabedoria é a que se emprega na organização das populações e das famílias; denominada prudência e justiça...

Platão, *O Banquete*, citado por Le Corbusier em *Os Três Estabelecimentos Humanos*, 1944.

A cultura urbana é o produto e, ao mesmo tempo, a produtora de intercâmbio de atores, meios e modos de produção que consolidam uma determinada forma de ser e de viver. Preocupada com o futuro da cidade e do urbanismo pós-moderno, considerando a globalização da economia e a desestatização da sociedade, a autora chama a atenção para a nossa realidade particular e questiona se o pensamento da pós-modernidade está conformando uma cultura compartilhada que necessitará de um novo urbanismo - estético, econômico e ético - ou se ele será apenas outro modelo que se instaurará com a mesma parcialidade do modernismo.

Tradução: Regina Andrade de Aguiar
Revisão: Naia Alban

A cidade, esta criação humana que marcou a história de nossa civilização, permitindo a vida em comunidade da maior parte da população do planeta, é, por sua própria essência, um fato cultural criativo e mutante, cuja riqueza apóia-se nas formas de viver e na qualidade de vida que possibilita.

A aglomeração da população estimula um acúmulo de trocas que, desde a mercadoria até o pensamento, desde a urbanização até a habitação, vai enriquecendo a cultura partilhada que se está construindo no tempo, cristalizando em seu decorrer a identidade nascida daquelas trocas e que caracterizam o habitat construído de uma sociedade em seu território. A cultura urbana é, neste sentido, o produto e, ao mesmo tempo, a produtora de intercâmbio de atores, meios e modos de produção que consolida uma determinada forma de ser e de viver.

Como tal, e na evolução histórica de nossa civilização, a cidade permitiu desvincular as possibilidades de desenvolvimento humano da posse da terra destinada à produção como única garantia de sobrevivência e participação social, propondo uma multiplicidade de

■ **Arquiteta, professora da Faculdade de
Arquitetura da Universidade
Nacional de Córdoba**

alternativas que ampliaram o horizonte de meios de aderir ao desenvolvimento econômico-social e à habitação. A cidade foi, nesta evolução, um instrumento de democratização, de intercâmbio e de comunicação entre os cidadãos, seu suporte.

Como produto e produtora de uma cultura, a cidade e sua materialização física, a urbanização, são um fato dinâmico e heterogêneo, assim como o são seus habitantes e os pensamentos que deles se originam, em todos os campos de conhecimento humano. E, assim, a interpretação que aqui apresentamos da cidade está carregada da própria evolução histórica do pensamento da sociedade sobre ela e da própria mudança de sua estrutura físico-funcional.

Por que fazer esta introdução ao tema que hoje nos preocupa, isto é, o futuro da cidade e do urbanismo pós-moderno? Porque, sob este enfoque, o futuro urbano, longe de tratar-se de uma questão exclusiva do urbanismo, é um problema de formas de ser e de viver da cultura que o produziu. Exemplificaremos isto de maneira sintética.

O urbanismo - conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais que se referem ao desenvolvimento harmônico, racional e humano dos povoados, segundo o Larousse - é, na realidade, apenas um instrumento que a cultura urbana criou, em um determinado momento histórico, para organizar o desenvolvimento da cidade e administrar ou orientar os instrumentos e recursos necessários para assegurar aquela organização.

Enquanto a dimensão e o grau de complexidade do conglomerado urbano foram limitados, as primeiras formas do urbanismo - o que alguns autores consideram o pré-urbanismo - constituíram instâncias de condicionantes parciais na organização física da cidade com algum fim determinado - funcional ou simbólico - que pautava ou reorientava a urbanização preexistente. Este tipo de urbanismo foi, durante muitos séculos, instrumento exclusivo do poder político-econômico do lugar, fosse este representado pelo príncipe, o papa ou pelo Conselho de Notáveis, já que, no marco da cultura coetânea, correspondeu à visão da elite dominante mais do que à da massa da sociedade. A Roma de Sixto V ou as remodelações de Versalhes são exemplos deste tipo de urbanismo, em que as qualidades estéticas de suas intervenções resultam em destacados protagonistas sobre um pano de fundo relativamente homogêneo.

O urbanismo tal como hoje o conhecemos fez sua aparição no mundo a que chamamos “moderno”, como resposta instrumental para a organização de uma cidade, cuja dimensão e complexidade de funcionamento alcançava aceleradamente tal magnitude que escapava às instâncias previamente conhecidas de ações, públicas ou privadas, destinadas a orientar o seu desenvolvimento.

É a cultura moderna que propõe o urbanismo como disciplina especificamente voltada para planejar (atuar de acordo com um plano) a cidade. Porém essa cidade, a ser organizada mediante um plano de conjunto, enquadra-se em um modelo de sociedade que pauta suas formas de ser nas formas de viver às quais aspira: o Estado do “bem-estar social”, com uma economia baseada no aumento do consumo - a keynesiana - e uma administração que pretendia arbitrar os conflitos entre capital e trabalho, oferecendo assistência a toda a sociedade, propõe um urbanismo orientado para corrigir os desequilíbrios de qualidade de vida e de custos e benefícios de funcionamento, resultantes da heterogeneidade sócio-econômica da cidade industrial. O “plano”, centralizado no Estado, regula normativamente o comportamento de todos os atores urbanos, faz-se responsável pelos serviços e equipamentos básicos e trata de assegurar ao conjunto de seus habitantes a possibilidade de acesso a uma habitação digna, mediante a padronização de sua construção.

A difusão do modelo, a internacionalização da arquitetura, a universalização, enfim, de uma cultura científico-tecnológica que depositou sua fé no progresso de uma forma de fazer cidade - na qual a habitação padronizada para produção em massa adquiriu papel principal - homogeneizaram a paisagem das cidades do mundo. Esta homogeneização teve distintos alcances segundo o caso e as possibilidades de investimento, através da “modernização” das áreas centrais e da extensão de uma periferia repetitiva de planos massificados de habitação que substituíram as identidades previamente existentes. A cidade se caracteriza, assim, por uma semelhança quase anônima zonificada normativamente que, em seus casos extremos de densificação e de busca da salubridade através do predomínio do livre sobre o edificado, empobreceu o significado sociocultural da rua - transformada em autopista - e o caráter e a escala da urbanidade pré-moderna.

A cultura pós-moderna permite-nos interpretar hoje que, naquele momento, o Estado monopolizava o futuro urbano através do modelo urbanístico de qualidades anônimas que impunha, e, quando carecia de força política e/ou econômica para isto, os planos não se concluíam ou pareciam ficar no discurso. Sem dúvida, essa cidade não foi mais que o resultado de uma maneira de ser e de produzir da cultura que a construiu, e o que se conseguiu em cada lugar foi - nada mais, nada menos - o que cada sociedade pôde fazer.

A valoração que nos permite criticar a cidade moderna e o enfoque de urbanismo que se utilizou para alcançá-la são produtos do sistema de valores culturais em que hoje estamos imersos, que modifica os paradigmas precedentes, originando uma nova concepção de mundo.

A globalização da economia na nova ordem econômica internacional nos propõe o paradigma da “competitividade”, e

o Estado procura desembaraçar-se assim como desembaraçar a atividade privada dos altos custos de produção implícitos em sua antiga política de bem-estar social para participarem na concorrência. Os processos de inovação tecnológica articulados com a produção através de redes informatizadas interconectadas a nível mundial incidem nas situações econômico-territoriais via mercados comuns, tratados de livre comércio, etc., afetando o papel das cidades que pretendam inserir-se nos novos mercados.

O velho Estado “paternalista” começa a desaparecer: enquadrado no novo liberalismo econômico, produz a abertura da economia, a privatização das empresas públicas e a descentralização das atividades ou, em outros termos, a desestatização da sociedade. E é este quadro de uma sociedade em transição que propõe um novo urbanismo: menos elitista, menos fechado, mais consensual, planeja sua descentralização e sua privatização, coexiste com o mercado e seus atores privados, o complementa; trata-se da desestatização da construção urbana e da participação da atividade privada na criação do futuro.

Em um novo modelo de cidade que se impõe no mundo, a gestão urbana transforma-se: a arquitetura de grandes projetos funcionais e simbólicos retoma o protagonismo estruturante das obras da Antiguidade, que se havia perdido na zonificação “anônima” do urbanismo moderno; resgata-se o desenho do espaço público; a cidade “veste-se” de pujança para atrair as atividades econômicas que a inserem na concorrência internacional. Finalmente, a participação dos atores privados reduz as limitações nas possibilidades de investimento do Estado. Barcelona é um excelente exemplo deste tipo de urbanismo; a Paris de Mitterrand, com suas características particulares, outro.

Em termos de operacionalização e mobilização de outros atores na construção urbana, da importância atribuída à arquitetura, da atenção que se dá ao desenho do espaço público, o novo modelo parece propor ações significativas de real interesse paisagístico-ambiental para a cidade. Desenvolverá, também, aquele sentido democrático essencial de alternativas de vida digna para todos seus habitantes que estabeleceu o urbanismo moderno?

Este último, de cujos resultados positivos muitas cidades alemãs, inglesas e francesas dão exemplo, o fez respondendo a um pensamento comum de toda a sociedade, que instaurou uma cultura de habitação e de serviços para todas

as classes sociais. Poder-se-á criticar seu resultado **estético**, porém não sua essência **ética** de solidariedade social.

Quando seus planos não corresponderam ao produto de uma cultura verdadeira, mas apenas à imitação de um modelo dominante no mundo, no entanto, suas propostas foram rechaçadas pela sociedade, frente a um futuro imposto, não compartilhado. A essência cultural moderna inexistente ou parcialmente adaptada levou a planos que ou se transformaram em volumes de biblioteca, ou só se realizaram parcialmente.

Em Córdoba, por exemplo, sucessivos estudos técnicos dos planejadores só se concretizaram em um plano municipal aprovado (após quase 30 anos) quando se tornaram suficientemente esquemáticos (Esquema de Ordenamento Urbano) para orientar e resolver problemas reconhecidos como tais pela sociedade (altos custos para a expansão da infra-estrutura, necessidade de recuperação do rio e do significado da área central, congestionamento do trânsito, etc.). E muitos de seus projetos demoraram anos para concretizarem-se até encontrar o administrador progressista de que necessitavam. A recuperação do rio e a normatização da área central são exemplos disto.

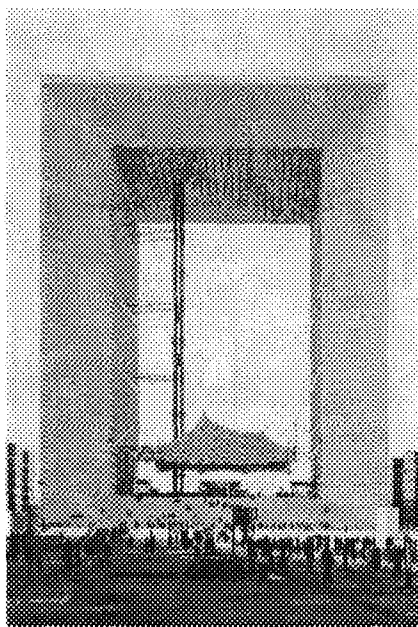
E qual será o futuro da cidade neste momento de urbanismo pós-moderno?

Para responder a esta pergunta, do nosso ponto de vista,

haverá que se responder, primeiramente, se nossa sociedade é pós-moderna, se o pensamento da pós-modernidade está conformando essa cultura comum que necessitará do novo urbanismo ou se isto será apenas outro modelo dominante que se instaurará com a mesma parcialidade do modernismo. Neste sentido, talvez valha destacar que modernidade e pós-modernidade parecem aqui ser resquícios de modelos mais ou menos impostos, que coexistem em diversos graus com situações pré-modernas ainda remanescentes. Porque nossa realidade se caracteriza pela coexistência de regiões ricas com regiões extremamente pobres no contexto nacional e de zonas ricas e pobres no contexto urbano, com **desiguais possibilidades de participação** nas características que a pós-modernidade está propondo como instâncias necessárias

para inserir-se no mundo.

A urbanística pós-moderna já não se define como plano totalitário e centralizado em um Estado que assume a responsabilidade da dotação dos serviços sociais, mas sim



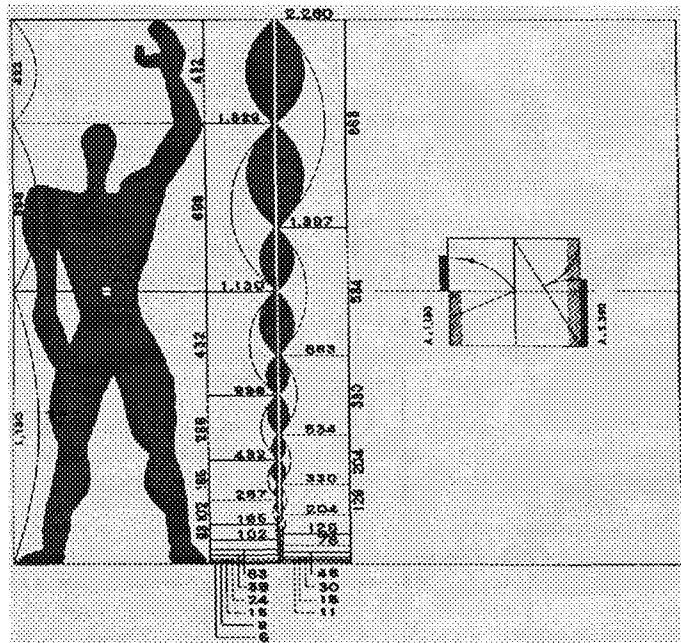
A Paris de Mitterrand

como uma orientação administrada de projetos para encorajar a participação privada na descentralização da construção urbana. E, ainda que em seus termos teóricos, este conceito possa parecer amplo e positivamente participativo, seu perigo emergente baseia-se nos objetivos daqueles que possam realizar os investimentos para essa construção urbana, já que, na ótica privada, um investimento se decide sempre em termos de sua rentabilidade. O investimento privado orienta-se, assim, para um determinado mercado, e o tipo e qualidade de sua produção se relacionam com a capacidade econômica desse mercado.

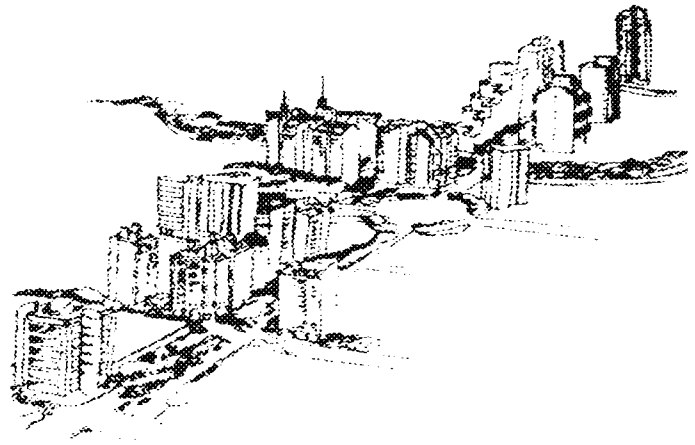
Em tal contexto resulta difícil sustentar que a atividade privada vá investir em projetos urbanos de escassa rentabilidade ou cujos benefícios se obtenham a um prazo muito longo. Finalmente, se o Estado abandona seu papel social, quem se ocupará de tais projetos? Quem se ocupará de nossa população em estado de pobreza e de suas necessidades?

No caso de prevalecer esse abandono em nossa cultura, o futuro da cidade seria sombrio: poderiam tratar-se de guetos de muito boa qualidade de desenho para os grupos sociais com condições de pagar por eles, imersos em um meio predominantemente pobre com sua carga de agressividade e violência, do qual se separariam por numerosos muros e sistemas de segurança. E isto não é um vaticínio de humor negro: já começou a acontecer em muitas cidades latino-americanas.

Sem dúvida, a resolução urbanística de nossa realidade urbana será, uma vez mais, resultado daquilo que a cultura compartilhada de cada sociedade urbana em particular proponha. E desse enfoque se assinala uma única advertência: muito



○ homem-tipo de Le Corbusier



Córdoba

temos aprendido como conseqüência da crítica ao urbanismo moderno; não obstante, as limitações do urbanismo pós-moderno saltam à vista, advertindo-nos sobre a impossibilidade de impor um modelo urbano semelhante para Buenos Aires e Córdoba, Río Cuarto ou La Quiaca, Río Primero ou Chumbicha, porque isto seguramente se transformaria - como ocorreu com a modernidade - em uma intenção de modernização novamente falida, mascarada com um tanto de "maquiagem" pós-moderna, meramente formal e não vivida, agravada pela ameaçadora presença da pobreza postergada. O modelo urbano pós-moderno seria, então, um modelo estético-economicista, porém perderia o sentido ético que inspirava o modernismo.

Este não parece ser, felizmente, o caso de Córdoba, ainda que alguma dúvida sobre sua orientação possa surgir, a partir de um certo grau de ostentação presente em parte de suas obras públicas mais recentes, sem que se observe preocupação similar pela resolução da habitação, por exemplo. O que quer que venha a ser resultará da maneira de ser e de viver da cultura que sustente tais ações, a qual selecionará o tipo de urbanismo necessário.

Toma-se evidente que cada geração deve participar da cultura que se está gestando em sua própria época, bem como que essa mesma participação orienta e define a cultura compartilhada e particular de cada lugar. É também evidente nossa necessidade de inserção no mundo mutante e competitivo em que vivemos. Por isto este enfoque, em síntese, propõe a necessária reflexão cultural sobre se esta inserção deve fazer-se aceitando acriticamente os modelos como nos são oferecidos ou apropriando-se deles com a necessária criatividade e espírito crítico para que se ajuste à nossa realidade.

Significa, em última instância e à luz das contribuições da história, orientar nossa cultura urbana para a busca de um delicado equilíbrio entre estética, economia e ética para assegurar nossa "urbanidade" futura.